



MANIFESTO ELEITORAL

ELEIÇÕES EUROPEIAS 26 DE MAIO DE 2019

21 MEDIDAS PARA AFIRMAR PORTUGAL NA EUROPA

A União Europeia vive uma crise sem precedentes. **O sonho europeu está em vias de se tornar um pesadelo.** Nunca, nem nos tempos mais duros da crise do Luxemburgo ou da década de 80, foi tão grande o risco de desagregação e tão acentuada a incerteza sobre o futuro.

No tempo que a Europa atravessa, e tendo em conta o percurso de Portugal na União Europeia, a Aliança e os seus candidatos às eleições para o Parlamento Europeu defendem uma nova atitude de Portugal em Bruxelas. É primordial atingir a convergência dos rendimentos dos portugueses com a média dos rendimentos dos cidadãos europeus, por via da coesão económica e social, princípio que deve ser transversal a todas as políticas europeias. Trata-se de **reduzir as diferenças do nível de vida que hoje persistem no território europeu.**

A crise pode ser atribuída ao crescente ceticismo dos cidadãos e à rejeição da própria integração europeia. Contudo, o *eurobarómetro* publicado a um ano das eleições europeias concluiu que 67% dos europeus consideram ter o seu país beneficiado por ser membro da União, a percentagem mais elevada desde 1983. Em Portugal esse número atingiu 78%. Ou seja, continuam os europeus a acreditar na Europa, em simultâneo desencantados pelas crises, as indefinições face às ameaças, o incumprimento das expectativas criadas nos anos dourados do crescimento contínuo, a rejeição do comportamento de uma parte da classe política.

As próximas eleições europeias de 26 de maio de 2019 são decisivas para o futuro e podem significar a escolha entre integração europeia e o progressivo desmembramento do projeto comunitário. E contudo, **nunca a Europa foi tão necessária.** Por se tratar de um momento decisivo, é essencial que Portugal responda à chamada. **Tudo faremos para que os portugueses se mobilizem para o voto**, escolhendo os deputados europeus que querem ver na Europa a defender os seus interesses. Desta vez, não pode haver desculpas. Ninguém deve ficar de fora, temos de





assumir as nossas responsabilidades. A Europa somos nós, a Europa é Portugal e também nela se decide o nosso futuro. **É o momento de afirmar Portugal na Europa**, o que só é possível com uma participação significativa nas eleições europeias. Portugal regista das mais baixas taxas de participação eleitoral nas eleições europeias. Temos de contrariar essa tendência já a 26 de maio, mostrando que quem decide sobre a Europa também somos nós. Em Portugal, a campanha para as europeias centra-se, quase sempre, em assuntos nacionais. Queremos que desta vez seja diferente e, por isso, apresentamos uma lista com novos rostos, novas pessoas, dispostas a representar e a defender os interesses de Portugal na Europa. Uma lista liderada por alguém que pensa e trabalha a Europa há décadas.

E neste quadro, **a Aliança defende o equilíbrio orçamental**, no respeito pelos Tratados Europeus, mas sublinhando a necessidade de o mesmo ser alcançado por via do incremento da receita gerada pelo crescimento económico e não apenas por via da redução da despesa.

Queremos **uma Europa mais humana**, ao serviço das pessoas. Para preservar o sonho europeu devemos corrigir os erros da integração europeia. Queremos ajudar a **refundar a Europa, para dessa forma a salvar**. Acreditamos no projeto europeu, mas recusamos dogmas sobre a construção europeia. O caminho passa pela efetiva coesão social e económica entre os Estados membros da União. Só assim será possível concretizar a **“Unidade na Diversidade”**.

Estamos conscientes da dificuldade desta campanha. Há uma desconfiança crescente em relação aos partidos políticos tradicionais e muitas barreiras à afirmação de novos projetos. Por isso, assumimos a responsabilidade de sermos a alternativa aos partidos há décadas representados no Parlamento Europeu. Só assim teremos **políticas baseadas numa nova atitude em Bruxelas**. Uma atitude cuja premissa é o crescimento económico, crucial para o desenvolvimento de Portugal. Vimos para reforçar o projeto europeu, mudando-o. Queremos traduzir *“europês”* para português, indo ao encontro das preocupações dos nossos concidadãos.

Este Manifesto assume essa visão e as causas, a responsabilidade, a atitude, a proximidade e o objetivo de pôr Portugal a crescer e a convergir com os seus parceiros europeus. São 21 medidas para mudar Portugal e para mudar a Europa. Precisamos de preservar e continuar a alimentar o sonho europeu e, por isso, temos de **Refundar a Europa!**



ESTAR EM BRUXELAS COM UMA NOVA ATITUDE, COMO UM SÓ PAÍS

Os deputados eleitos em Portugal, como os seus colegas, não se reúnem num grande grupo nacional no Parlamento Europeu. Integram-se em grupos políticos com ideologia e objetivos próprios. Isso não significa que não possam e devam assumir, a par da defesa do bem comum europeu, o bem maior nacional, como portugueses. Impõe-se uma consciência e atitude patriótica, à semelhança aliás do que faz a generalidade dos deputados de outras nacionalidades. E não é em Bruxelas, ou em Estrasburgo, que os deputados portugueses devem criticar o que se passa no nosso país: essa prática deve ser erradicada, porque independentemente do destinatário da crítica – governo, partidos, políticos – é a reputação de Portugal que sofre.

CRESCIMENTO ECONÓMICO, UMA CAUSA NACIONAL PRIORITÁRIA

O partido Aliança faz do crescimento da economia portuguesa bandeira. Criar riqueza para melhorar a vida dos portugueses, reduzir os desequilíbrios sociais e diminuir a dependência que a dívida representa, deve ser a mais importante tarefa desempenhada por qualquer governo da República. É por isso desejável que o governo deixe funcionar os mecanismos naturais do mercado, regulando-o e suprimindo as suas falhas para prevenir distorções que restrinjam a sua eficácia social, abstendo-se de intervir diretamente no seu funcionamento.

A dimensão do Estado deve ser a adequada para assegurar, da forma mais eficiente, os objetivos sociais da sua existência, sem extrair da sociedade mais recursos, ou impor-lhe mais custos do que os estritamente necessários. Isso implica, entre outras coisas, que o Estado seja o garante da concretização daqueles objetivos sociais, mas não necessariamente o provedor dos serviços que os concretizam, sobretudo se o sector privado e o mercado, devidamente regulados, o puderem fazer em melhores condições.

A pertença à União Europeia e, em particular, à União Monetária, deve ser alavanca à potenciação do crescimento económico e de valorização dos recursos nacionais, e não o contrário. Para isso é necessário ajustar as regras europeias. É essencial, é verdadeiramente prioritário, que os rendimentos dos portugueses convirjam para a média dos rendimentos dos cidadãos europeus e

para isso não há outro caminho senão o do reforço da coesão económica e social. Esse deve ser um objetivo transversal a todas as políticas europeias.

Trata-se de reduzir as diferenças do nível de vida que hoje persistem no território europeu. Para isso, os protecionismos intraeuropeus, em crescimento contínuo um pouco por toda a Europa, a refletir egoísmos nacionais danosos para a coesão do mercado interno, têm de ser combatidos. A política de concorrência europeia não pode ser guiada por um cego modelo ideológico que subjuguje interesses estratégicos dos Estados-membros. Os países europeus, através de modelos diferenciados e agressivos de fiscalidade, sacrificam a coesão social e política da União, sem a qual esta estará, mais cedo ou mais tarde, condenada ao fracasso. E uma falsa moralidade, invertendo a realidade, empobrece os Estados mais vulneráveis e protege os mais ricos, através de uma ortodoxia financeira sem sentido.

Não há União Europeia viável sem solidariedade e equidade de tratamento. Os sucessivos e exagerados excedentes externos de alguns países, apresentados como virtude económica, são desequilíbrios económicos tão perniciosos como os correspondentes défices, pois **não há, nem pode haver, excedentes externos sem défices correspondentes.** Sendo desequilíbrios, devem ser objeto das simétricas ações corretoras que foram, e são, impostas aos países com défices. Não o fazendo, esses países acabam por ser “subsidiados” pelos países mais pobres, através de uma situação cambial que, à custa destes, lhes foi tornada muito favorável. Defendemos por isso o **equilíbrio das balanças comerciais dos Estados-membros**, objetivo só alcançável através de políticas europeias baseadas no princípio essencial da solidariedade.

No que respeita à União monetária, política europeia na qual a aplicação desse princípio é decisivo para os objetivos prosseguidos, defendemos a sua conclusão, com a União bancária, uma União orçamental realizável e uma União de mercado de capitais que mantenha o mercado europeu como central no contexto global, no respeito dos objetivos anteriormente indicados.

E os fundos estruturais devem ser aplicados em Portugal tendo por base uma nova organização dos respetivos eixos operacionais para concentrar os esforços de investimento do país no crescimento económico. Internamente, por outro lado, a atribuição dos fundos disponíveis deve basear-se em critérios claros e transparentes, de forma a assegurar que não servem objetivos distintos desse

crescimento, da aposta nas pequenas e médias empresas, do investimento realmente reprodutivo e da coesão social e territorial.

Noutra perspetiva, a Europa está a perder globalmente a “guerra” das novas tecnologias. Isso pode ditar, a prazo, a sua irrelevância estratégica. Para obviar a esse desenlace, as instâncias comunitárias têm de abandonar posturas ideológicas baseadas num modelo de economia global onde todos respeitam as regras comuns. O mundo não é assim e os outros *players* não seguem os princípios e valores vigentes na Europa, pelo que um jogo jogado nessas condições favorece os competidores estratégicos da Europa, que acumulam poder, enfraquecendo o velho continente.

No plano económico, defendemos a continuação e mesmo o reforço a nível europeu de programas de fomento para o desenvolvimento económico europeu, numa perspetiva de investimento e aposta nas novas tecnologias, com especial atenção e impulso aos sectores mais especializados e competitivos de cada país, que devem ser encorajados e fomentados.

PROPOSTA 1: APLICAR EFICAZMENTE OS FUNDOS ESTRUTURAIS

Reformular os eixos operacionais da aplicação dos fundos em Portugal, para concentrar o investimento no crescimento económico.

Os critérios de atribuição dos fundos estruturais devem ser revistos para: criar critérios de condicionalidade na libertação de verbas aos projetos aprovados, evitando o desperdício de fundos em empresas com défice de competitividade e pouca produtividade; evitar o sobre investimento, financiando investimento e não custos de funcionamento; apoiar, no FSE, programas de médio prazo, em detrimento de ações-fogacho sem efeito na economia real; calibrar os apoios, para aumentar a escala das empresas beneficiárias. Garantir o cumprimento dos objetivos temáticos estabelecidos, para efeitos de controlo da utilização dos fundos, em relação nomeadamente ao investimento privado e ao investimento no interior. Envolver na reflexão sobre os novos critérios de atribuição dos fundos europeus os cidadãos no seu todo e, especificamente, autarquias, associações sindicais e patronais, entidades várias da sociedade civil.

PROPOSTA 2: SOLIDARIEDADE COM DESENVOLVIMENTO

Portugal deve defender o equilíbrio das balanças comerciais dos Estados-membros, para contrariar a disfunção da zona euro, que causa prejuízos graves aos países com maiores dificuldades. Em simultâneo, importa prosseguir no caminho da conclusão da União Monetária, incluindo a criação de uma verdadeira Europa das transferências compensatórias, sempre no limite e no respeito pelos princípios essenciais da atribuição e da subsidiariedade.

Também, com uma lógica desenvolvimentista no plano europeu, propomos o prosseguimento de programas europeus de fomento económico que identifiquem e estimulem, numa óptica de solidariedade, os sectores mais especializados e competitivos de cada país, procurando-se Portugal posicionar em domínios como o Mar, Logística, Inovação, Indústria, Saúde e Turismo, privilegiando ainda a modernização da ferrovia nacional, infraestrutura decisiva para o desenvolvimento do país.

PROPOSTA 3: COMBATER A CONTRADIÇÃO ENTRE UMA POLÍTICA DA CONCORRÊNCIA INTEGRISTA E UMA POLÍTICA COMERCIAL LAXISTA

Portugal deve defender mais realismo na competição da Europa com as outras grandes potências económicas, numa lógica estrita de respeito pelos interesses nacionais, em especial das economias mais pequenas, estando atento à estratégia de criação de “campeões europeus”, para evitar que resulte em prejuízo dessas economias. No que respeita à política comercial Portugal deve colocar-se na primeira linha do combate ao chamado “dumping” social e ambiental, ajudando assim a mudar a natureza demasiado permissiva da política comercial europeia.

PROPOSTA 4: DEFENDER O AUMENTO DOS RECURSOS PRÓPRIOS NAS PRÓXIMAS PFP

Portugal deve exigir o reforço dos fundos de coesão nas perspetivas financeiras 2021/7, sem que isso signifique uma diminuição de outros domínios, como a agricultura, o desenvolvimento, a investigação e inovação. Para isso, contudo, deverá defender no processo de aprovação ainda em curso o aumento e a diversificação dos recursos próprios, sem o que a simples ideia de incrementar, ou mesmo manter, os níveis de apoio atuais, é utópica. Descartando-se a ideia de novos impostos

européus, propõe-se a adoção de soluções inovadoras, que não recaiam sobre os contribuintes individuais nem penalizem a fiscalidade nacional.

PROPOSTA 5: APROVEITAR O POTENCIAL DOS ACORDOS COMERCIAIS DA UE

Entrou em vigor o acordo da União com o Japão. Anteriormente, passou-se o mesmo com o Canadá. A Europa negocia acordos de 4ª geração com países e organizações à volta do Mundo. Alguns interessam a Portugal, como no caso do acordo com o Mercosul, que se arrasta em negociações sem fim à vista. Cada um desses acordos é uma oportunidade que o país pouco aproveita, devido à inércia de governantes, deputados europeus, do Estado em geral. Defendemos a criação urgente de mecanismos de informação, estímulo e criação de oportunidades que permitam aproveitar o enorme potencial desses acordos para o tecido empresarial do nosso país.

DEVOLVER A EUROPA AOS PORTUGUESES, OU A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

A Europa é cada vez mais percebida pelos cidadãos europeus como pouco democrática. Essa percepção é alimentada por fatores como a demagogia, os fluxos migratórios vistos como ameaça, as ameaças à integridade física, moral ou económica dos cidadãos. A incapacidade de adaptação das instituições e procedimentos europeus cria uma espécie de esclerose democrática, a despeito dos estudos de opinião a que fizemos referência. Os partidos populistas alimentam-se da perda de confiança nas instituições europeias e nos governos. Um dos problemas mais complexos atinentes a esta realidade, respeita ao facto das grandes decisões europeias, mesmo se resultando da interação de instituições em que participam os governos nacionais e deputados eleitos, serem tomadas longe dos olhos dos cidadãos. Quase sempre, uma política europeia é conhecida da opinião pública e recebida com maior ou menor grau de aceitação, em dois únicos momentos: **aquando da sua proposição por parte da Comissão europeia e no final do processo; entre esses momentos podem mediar vários anos.** É urgente alterar essa realidade, pelo menos no que toca a Portugal.



Enfrentar a aparente falta de legitimidade da UE e das suas instituições é **fundamental, para retirar a quantos criticam a Europa de forma radical, propondo soluções alternativas drásticas e danosas dos nossos interesses, as suas bandeiras**. Por esse motivo, propomos:

PROPOSTA 6: MANDATO NEGOCIADO

Para devolver a Europa aos portugueses, dotar o governo de um mandato da parte da Assembleia da República prévio ao desenrolar do processo de decisão europeu. Mais do que um mecanismo institucional em si mesmo, trata-se de criar em Portugal as condições da participação dos cidadãos nesse processo. Representa um sinal inequívoco de compromisso com a desejável ligação entre os portugueses e a sua representação na Europa. O mandato negociado implica uma definição das matérias em que seja obrigatório, podendo ser mais ou menos restritivo e definir “linhas vermelhas” de forma lata, permitindo sujeitar cada matéria avaliada a uma consulta popular de largo espectro.

PROPOSTA 7: O CARTÃO VERMELHO

Já existem, na gíria de Bruxelas, os cartões *amarelo* e *laranja*, que preveem que se um número determinado de parlamentos nacionais considerar que uma iniciativa legislativa viola o princípio da subsidiariedade, essa iniciativa pode ser revertida. Mas nenhum dos procedimentos implica a cessação definitiva da proposta em causa. Propomos o cartão vermelho, com o qual a iniciativa legislativa da Comissão é automaticamente terminada. Sendo provavelmente sobretudo simbólica - veja-se o número de vezes que a utilização dos atuais mecanismos resultou de facto na suspensão ou encerramento do processo legislativo -, a medida reforça sobretudo a legitimidade europeia através do reconhecimento do papel soberano dos parlamentos nacionais.

PROPOSTA 8: MONITORIZAR E COMBATER A SOBRE-IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS EUROPEIAS

A transposição de diretivas europeias deve corresponder aos objetivos fixados. Com frequência, o governo acrescenta normas escusadas, em Bruxelas designadas “golden plating”. Essa prática deve terminar e as normas em questão monitorizadas. Propomos que um corpo independente, constituído por exemplo no âmbito de comissões especiais da Assembleia da República, com número igual de





cidadãos independentes e deputados, assegure o respeito escrupuloso pelos objetivos fixados nas diretivas a transpor, dessa forma se evitando a sua sobre implementação.

RESTAURAR A DECÊNCIA NA POLÍTICA PARA DEFENDER A DEMOCRACIA

JÁ CHEGA. O que se passou em Portugal nas últimas décadas é mau de mais e não se pode repetir. Alguns capturaram o Estado e os seus recursos e colocaram-nos ao serviço dos seus interesses. Numa escala alargada, sem escrutínio nem responsabilização, aproveitaram a boa-fé dos seus compatriotas, que espoliaram – e espoliam ainda, em parte – sem controlo. A corrupção, em especial, corrói a confiança e mina os alicerces do desenvolvimento económico e a confiança social. O tribalismo assente em partidos feitos fações, coloca os interesses próprios – do partido em si, de grupos organizados e até de protagonistas políticos – à frente do país e dos portugueses. Não sendo este naturalmente o local indicado para desenvolver medidas no sentido pretendido, não queremos deixar de assinalar a sua importância, mesmo que simbolicamente, através de uma proposta que é exemplar e **que julgamos que seria do interesse nacional ver replicada pelos restantes candidatos.**

PROPOSTA 9: TRANSPARÊNCIA NA ACÇÃO PÚBLICA

Propor a todos os candidatos ao Parlamento Europeu, de todos os partidos, que entreguem o registo criminal e uma declaração pela honra sobre a não existência de fatores impeditivos do exercício de um cargo público. Esse compromisso deve incluir a imediata resignação em caso de declarações falsas ou de factos que impeçam a prestação de um serviço público isento e transparente, no respeito do direito à presunção da inocência.



CONSTRUIR UMA DEMOCRACIA DIGITAL, CONTRA O TRIBALISMO E OS NACIONALISMOS ILIBERAIS

Num Mundo em mudança acelerada, quando as instituições e os procedimentos da democracia liberal estão sob pressão, emergem cada vez mais propostas chamadas populistas, de modelos iliberais contrários aos valores e princípios democráticos erigidos ao longo dos últimos séculos. Com o novo tempo da comunicação digital, o espaço público alterou-se radicalmente; os cidadãos exigem participar, ser intervenientes no processo e entendem mal como, num tempo em que a informação e a comunicação fluem à velocidade da luz, a política continua no essencial a ser feita como no século XIX. Importa mudar, assegurando em simultâneo a salvaguarda da democracia

PROPOSTA 10: DIGITAL, UMA NOVA DEMOCRACIA PARA SALVAR A DEMOCRACIA

Lançar para o prazo da legislatura um grande debate nacional, em conexão com parceiros europeus e internacionais e recorrendo ao “benchmarking”, sobre a democracia do futuro, tendo como objetivo final realizar eleições com recurso ao voto eletrónico. Visa estabelecer conceitos, identificar processos e canais, sobretudo digitais e desenvolver projetos piloto que respondam aos desafios colocados à democracia pela nova realidade da comunicação digital. Trata-se de defender a democracia no que ela tem de essencial: a liberdade, o respeito pelos direitos fundamentais, o governo do povo e para o povo, o equilíbrio de poderes e os freios e contrapesos, em interação profunda com o direito dos cidadãos a participar no processo de decisão que lhes diz respeito.

PROPOSTA 11: FORMAÇÃO EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Criar um programa nacional de formação em inteligência artificial, incluindo noções básicas sobre programação (algoritmos *deep learning*), aplicações, modelos de *moral machine*, etc., recorrendo a soluções *on-line*, treino nas empresas, cursos presenciais.

AMBIENTE PARA A VIDA

No único planeta de que dispomos, o ambiente é vida. É essencial preservá-lo. Não é uma causa a deixar ao cuidado exclusivo dos ecologistas, convém fazê-la assentar numa rigorosa avaliação científica recorrendo aos ecólogos, cientistas do ambiente. E a causa ambiental passa necessariamente por Bruxelas e por uma revisão profunda das obrigações impostas a Portugal e aos restantes países europeus, tendo em vista a sua racionalização. No mesmo plano e com uma visão alargada em termos de futuro, está o conceito de economia circular, cuja essência contraria de forma radical, e a nosso ver frutuosa, a visão consumista, de “fim-de-vida” e desperdício, da economia linear. Reutilizar, restaurar e reciclar materiais e energia tem de ser um objetivo europeu, permitindo transformar a lógica do crescimento consumidor de recursos preciosos, materiais ou de energia, num crescimento virtuoso e amigo do ambiente e dos recursos naturais. Propomos integrar nas políticas públicas, em Bruxelas como em Portugal o conceito de economia circular.

PROPOSTA 12: REVISÃO DAS OBRIGAÇÕES EUROPEIAS EM MATÉRIA DO AMBIENTE

A Europa, numa escala regional, pode contribuir positivamente para a luta contra os efeitos nocivos causados ao ambiente pela ação humana. Mas as obrigações impostas pela política europeia do ambiente são muitas vezes contrárias ao seu próprio objetivo. Propomos revê-las, de modo a torná-las adequadas aos objetivos prosseguidos, numa perspectiva dupla de eficácia e subsidiariedade. Pretendemos igualmente integrar na definição das políticas públicas o conceito da economia circular, que implica redução, reutilização, recuperação e reciclagem dos materiais e da energia. No processo integrado de crescimento económico com a preservação dos recursos, importa reorientar a utilização dos fundos estruturais para garantir a estratégia adequada a esse objetivo. Neste contexto se situa igualmente uma política adequada da água, enquadrada numa lógica europeia, ibérica e naturalmente nacional.



VALORIZAR A DIÁSPORA

Milhões de portugueses e luso-descendentes espalhados pelo Mundo são um enorme ativo, uma riqueza única do nosso país. Sendo Portugal um país periférico na Europa, é em simultâneo importante pela sua posição geográfica como ponte entre continentes, pela antiguidade como nação consciente de si, pela riqueza da sua experiência multicultural, global, secular.

Já durante a campanha, vai o partido Aliança realizar sessões de informação, por via eletrónica, com as várias comunidades espalhadas pelo Mundo, sempre que possível a partir da região de que é predominante a respetiva origem. Sugerimos uma medida de grande simbolismo para valorizar a diáspora nacional, mesmo se conscientes de que o maior esforço deverá estar no país e daqui partir, mas aproveitando o posicionamento ímpar, quer geográfico, quer institucional, quer como ponte entre Portugal e a Europa, dos deputados europeus.

É um sinal, mas um sinal poderoso, e **participar nele representa, a nosso ver, um imperativo patriótico.**

PROPOSTA 13: UM COMPROMISSO LUSO-GLOBAL

Que os deputados europeus assumam um compromisso: todos os meses, um grupo de eleitos em Portugal visitará uma comunidade de portugueses no Mundo. Se os restantes partidos políticos concorrentes às eleições europeias não aceitarem este desafio, a Aliança tentará fazer a sua parte, embora com as dificuldades inerentes.

PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO

A mais velha nação da Europa tem a obrigação de se colocar no centro da determinação estratégica do papel do continente nas relações internacionais. Os trunfos de que dispomos são muitos e relevantes, nomeadamente: um capital humano competente, espalhado pelos quatro cantos do globo; experiência em diferentes culturas e realidades económicas e sociais, com capacidade de acesso e negociação permanente; um corpo diplomático habilitado e muito experiente, com provas



dadas no plano da negociação internacional a todos os níveis; uma posição geográfica geo-estrategicamente relevante; a CPLP; os laços transatlânticos e a “velha aliança” britânica; a pertença sólida e relevante à União Europeia.

PROPOSTA 14: UMA VISÃO ESTRATÉGICA EUROPEIA A PARTIR DE PORTUGAL

Aproveitando a sua dimensão atlântica e lusófona, Portugal deve contribuir para a nova ideia estratégica da Europa no Mundo, fazendo-o com a intervenção e em cooperação entre todas as entidades competentes para o efeito: governo, naturalmente, mas também o Senhor Presidente da República, Assembleia da República, deputados europeus. Com a ação dedicada, focada e persistente do MNE e junto das instâncias europeias e dos parceiros relevantes da União. Assumir-se como protagonista e não como mero recipiente, a reagir muito a jusante às decisões alheias.

PROPOSTA 15: COLOCAR A CPLP NO CENTRO DA EUROPA

Criar no âmbito da CPLP competências, acompanhadas das respetivas estruturas e recursos, destinadas a acompanhar e influenciar as políticas europeias em matérias relevantes para os países da Comunidade.

UM ESTADO E UMA EUROPA HUMANOS, A LIBERDADE COMO VALOR SUPREMO

Um **Estado menos interveniente**, impostos mais baixos, numa Europa transparente, subsidiária e solidária, que erige a cultura e o património como centrais ao progresso moral e espiritual dos portugueses e dos europeus, assente na liberdade e na subsidiariedade, são exigências mínimas para reconciliar os cidadãos com a Europa e as instituições.

Para o nosso país, e isso refletimos também neste manifesto, há eixos identitários fundamentais que nunca podem ser esquecidos, sobretudo num grande projeto de integração económica, social, até política, como é a União Europeia: **o Mar**, espelho onde nos revemos há oito séculos, ponto de partida da extraordinária diáspora nacional, origem do regresso de tantos portugueses e de chegada dos imigrantes que acolhemos sempre com o espírito de bem receber que é o nosso, venham de

onde vierem; a inovação e a investigação, sem as quais o país não progride, e que estiveram na origem da saga dos Descobrimentos, ainda hoje um marco fundamental na História da Humanidade.

E porque somos liberais, e porque somos personalistas, logo humanistas, queremos colocar a liberdade no centro de todas as considerações, sem esquecer a importância de fazer refletir na legislação nacional, bem como na transposição das normas europeias, alguns dos grandes temas da atualidade, que Portugal não pode nem deve descurar: **A luta contra a pobreza e a exclusão social. A defesa da igualdade de género e a rejeição intransigente da violência doméstica e contra as mulheres. As questões ambientais. A defesa das pessoas com deficiência.**

PROPOSTA 16: A CULTURA NO CORAÇÃO DA EUROPA

Integrar o património cultural português num roteiro europeu, valorizando os recursos culturais e património. Fazer da cultura uma atividade económica a tempo inteiro, desenvolvendo mecanismos, com recurso a fundos e programas europeus, para recuperar e potenciar o património nacional e fazer da cultura uma alavanca de desenvolvimento.

PROPOSTA 17: MAR, INOVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO, PILARES DA IDENTIDADE NACIONAL

Valorizar os efeitos da **ligação inquebrantável de Portugal ao mar, à inovação e à investigação**, no desenvolvimento económico e na afirmação geopolítica do país.

PROPOSTA 18: JUVENTUDE: A LIBERDADE NO CENTRO DA IDEIA EUROPEIA

Fazer da liberdade que a integração europeia proporciona uma bandeira. Reforçar os mecanismos dirigidos à mobilidade jovem, recorrendo a programas e fundos europeus, mecanismos de financiamento, criação de bolsas de mérito, sistemas de apoio à instalação. Propomos ainda o **alargamento do conceito do Erasmus a todos os sectores a que se aplique**, desempregados, PME, cientistas, assegurando a efetiva participação de Portugal em todos eles.

PROPOSTA 19: UM ESTADO SUBSIDIÁRIO E SOLIDÁRIO

Um partido liberal acredita na liberdade de escolha e de determinação do próprio destino por parte de cada português. A intervenção dos órgãos do Estado, do nível local ao nacional e, por maioria de razão, ao europeu, deve ser determinada pelo princípio da subsidiariedade. Propomos que cada nova iniciativa legislativa seja avaliada explicitamente à luz do princípio da subsidiariedade na relação do Estado com as regiões, distritos e concelhos.

Propomos estabelecer metas objetivas, quantificadas e escrutináveis em matéria de luta contra a pobreza; exclusão social; desigualdade excessiva; ambiente, defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Esses objetivos, alinhados com as metas europeias e nacionais, serão fixados no início de cada legislatura de preferência por uma maioria alargada, e constituirão fator de avaliação do desempenho governativo (na realidade, do sistema). Por outro lado, cada nova iniciativa legislativa deve ser acompanhada de uma fundamentação sobre os critérios e respetivo impacto à luz de princípios relacionados com a contribuição, se houver, positiva ou negativa, para a questão demográfica; a igualdade de género e de não discriminação sob qualquer forma; a preservação do ambiente; a criação de ambientes propícios à defesa dos direitos dos deficientes.

Propomos ainda a criação de uma capacidade de avaliação de resultados, à luz dos objetivos fixados nesses domínios, que pode situar-se, preferencialmente, na Assembleia da República.

EURODEPUTADOS AO SERVIÇO DOS EUROPEUS E DOS PORTUGUESES

Consideramos crucial o papel desempenhado pelos deputados europeus para aproximar a Europa e as suas instituições dos portugueses. Para o efeito, é essencial que se solicite aos futuros eleitos em Portugal um esforço de comunicação acrescido, para benefício dos portugueses. Tendo em vista ajudar à boa concretização desse objetivo, propomo-nos criar, a partir da lista de candidatos do partido Aliança ao Parlamento Europeu, um **grupo de porta-vozes** que acompanhará em permanência o trabalho de cada um dos deputados eleitos, incluindo dos seus próprios, ajudando-o a manter um registo atualizado sobre a sua atividade e a respetiva comunicação aos portugueses.



Terminamos o manifesto com um apelo. Estar no Parlamento Europeu a contribuir para mudar a Europa é muito importante, assumir na função a missão de aproximar a Europa dos portugueses, mais do que uma preocupação partidária, deve ser um desígnio patriótico.

PROPOSTA 20: UM COMPROMISSO EUROPEU COM OS PORTUGUESES

Todas as semanas, em conjunto, num total de 52 comunicados por ano, os deputados europeus eleitos em Portugal emitirão um ponto da situação explicando o que está a ser discutido em Bruxelas, em que dossiês estão envolvidos e consequências para o nosso país. Será um comunicado conjunto, resultado por exemplo duma consolidação feita no Gabinete em Portugal do PE. Também semanalmente, em locais sempre diferentes do país, receberão cidadãos portugueses, para responder a questões ou ouvir preocupações, ações também com dimensão digital. Por outro lado, o partido Aliança estabelecerá um conjunto de porta-vozes, saídos do seu grupo de candidatos às eleições europeias, que farão o papel de deputados sombra dos deputados eleitos ao Parlamento Europeu, seja qual for o partido ou grupo político em que se integrem, reforçando o escrutínio.

PROPOSTA 21: EM CONCLUSÃO - AGIR PATRIOTICAMENTE

21 deputados portugueses, 21 propostas concretas para refundar a Europa no século 21. Propomos que cada um dos eleitos assuma, como missão com objetivo, scoreboard e escrutínio permanente, o prosseguimento de uma dessas propostas. Que todos os eurodeputados eleitos em Portugal participem; se não for possível, por o impedirem a partidarite cega ou orgulho desajustado, no limite, será tarefa dos deputados eleitos pela Aliança, assim no-la confiem os portugueses.

